
Recomendações: EUA – setembro 2024

Em 2023, a Global Witness documentou 196 assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente. Porém, como detalha este relatório, os ataques aos defensores também incluem desaparecimentos forçados, sequestros violentos, assédio judicial e o aumento do poder da polícia para reprimir protestos pacíficos.

Comunidades inteiras são coagidas a ficar em silêncio por meio de métodos de represália em constante evolução. Assassinatos e intimidações violentas muitas vezes não são denunciados ou punidos. A verdade é frequentemente escondida ou apagada, e isso está acontecendo em todas as regiões do mundo. Os EUA devem tomar medidas para expor esses graves abusos e proteger os defensores das ameaças sofridas.

Recomendações para os Estados Unidos (EUA)

Os EUA podem e devem ser líderes globais na proteção dos defensores da terra e do meio ambiente e na divulgação dos riscos que eles enfrentam.

O governo dos EUA pode:

1. Aprovar e fortalecer a legislação para proteger os defensores e processar os infratores

Os EUA devem usar a legislação e as ferramentas existentes para proteger os defensores, tais como:

- as Diretrizes para Apoio da Missão Diplomática dos EUA para a Sociedade Civil e os Defensores dos Direitos Humanos, que o governo dos EUA deve implementar como política de forma obrigatória e transparente
- a Lei Magnitsky, que pode impor sanções a organizações e indivíduos responsáveis por cometer violência contra defensores da terra e do meio ambiente
- a Lei de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos de 2024, que o Congresso deve aprovar agora, exigiria que o governo dos EUA tomasse medidas concretas para proteger os defensores dos direitos humanos globalmente, incluindo a obrigatoriedade da realização de esforços diplomáticos uniformes para proteger todos os defensores dos direitos humanos.

As medidas legais devem incluir:

- investigação de alegações plausíveis contra empresas dos EUA por cometerem ou instigarem violência contra defensores dos direitos humanos.
- imposição de condições específicas de direitos humanos para qualquer assistência de segurança a países cujas forças de segurança sejam acusadas de forma plausível de terem cometido violações graves de direitos humanos, como ataques contra defensores.
- a garantia de que nenhum financiamento do governo dos EUA, incluindo ajuda e empréstimos, vá para empresas americanas acusadas de cometer ou instigar violência contra defensores dos direitos humanos.

2. Dar visibilidade para defensores em risco

Quando os defensores e sua segurança são reconhecidos publicamente por pessoas e organizações influentes, envia-se uma mensagem de que os ataques contra eles não passarão despercebidos. Também pode ajudar a legitimar o trabalho dos defensores e combater o estigma que eles enfrentam.

A Embaixada e os funcionários do Departamento de Estado podem dar visibilidade e ajudar a proteger os defensores ao:

- visitar os defensores nos locais onde vivem e trabalham, especialmente em áreas rurais ou longe das capitais
- receber publicamente defensores na embaixada para reuniões privadas e eventos públicos
- comparecer aos julgamentos de defensores da terra e do meio ambiente criminalizados e divulgar declarações que os apoiam
- condenar publicamente a violência contra os defensores e garantir que uma declaração pública seja divulgada após ameaças, ataques ou assassinatos
- relatar de forma completa e assertiva a violência contra os defensores dos direitos humanos nos relatórios anuais do Departamento de Estado dos EUA sobre as práticas de direitos humanos
- usar as redes sociais para conscientizar sobre o trabalho dos defensores da terra e do meio ambiente e a violência cometida contra eles
- apoiar pedidos de visto e asilo para defensores em situação de risco
- garantir que os defensores e/ou suas famílias tenham dado consentimento livre e informado a qualquer ação que a embaixada tome em seu nome.

3. Usar ajuda externa dos EUA para proteger os defensores

O grande orçamento de ajuda externa dos EUA representa uma oportunidade de proteger os defensores e seus direitos humanos. É possível:

- Aumentar o financiamento para os escritórios existentes e novos do ACNUDH em países onde a violência contra defensores da terra e do meio ambiente é generalizada, bem como para organizações e redes da sociedade civil que apoiam os direitos dos defensores.
- Garantir o financiamento de ministérios públicos estrangeiros para que as violações contra os defensores sejam adequadamente investigadas – isso poderia incluir o financiamento de um gabinete de direitos humanos sob a Procuradoria-Geral com métricas claras para o progresso nas investigações e processos.
- Apoiar a criação de mecanismos estatais ou da sociedade civil que priorizem a proteção dos defensores, incluindo uma abordagem de proteção coletiva e, no caso de mecanismos administrados pelo Estado, estes devem ser liderados e supervisionados por defensores dos direitos humanos.
- Incluir e implementar condições para prestar ajuda de segurança a países onde forças de segurança oficiais cometem violência contra defensores da terra e do meio ambiente.
- Implementar vigorosamente a [Lei Leahy](#) suspendendo a ajuda e o treinamento de forças de segurança supostamente envolvidas em violações graves de direitos humanos contra defensores da terra e do meio ambiente.
- Suspender a assistência dos EUA a empresas e outras organizações supostamente envolvidas na prática ou instigação de violência contra defensores.
- Aumentar a transparência das iniciativas de ajuda ao desenvolvimento para que a sociedade civil possa alertar o governo dos EUA sobre financiamentos vinculados à violência contra os defensores – isso inclui a necessidade de a USAID produzir relatórios regulares sobre projetos relevantes, parceiros de implementação e beneficiários e a convocação de uma consulta anual sobre os defensores por parte da USAID.
- Reduzir a dependência de terceirizados para implementar programas da USAID e, em vez disso, financiar diretamente organizações locais da sociedade civil.
- Implementar os procedimentos de política ambiental e social do DFC – a instituição financeira de desenvolvimento do governo dos EUA. A nova política de salvaguardas ambientais e sociais do DFC foi aprovada em fevereiro de 2024 e entrou em vigor em 1º de abril. Ela inclui uma declaração de que retaliações contra as partes interessadas não serão toleradas
- Continuar e ampliar o financiamento de fundos emergenciais, como o Lifeline Emergency Fund, utilizado para proteger defensores

- Usar sua influência para incentivar a Corporação Financeira Internacional (IFC) – parte do grupo do Banco Mundial – a implementar salvaguardas rigorosas para garantir que seus empréstimos e investimentos não perpetuem abusos aos direitos humanos ou destruição ambiental. Além disso, utilizar sua voz e voto no conselho, bem como seu poder financeiro, para assegurar que a IFC se comprometa a fornecer reparações aos defensores e outras partes interessadas das comunidades locais que sofram danos como resultado das escolhas de investimento da IFC.

4. Coletar e publicar dados sobre assassinatos e represálias

Antes que os defensores possam ser efetivamente protegidos, precisamos compreender melhor a escala e a natureza dos ataques contra eles.

Os EUA devem continuar a aprimorar seus métodos para:

- Identificar, documentar e analisar sistematicamente tanto os assassinatos quanto os ataques não letais a defensores da terra e do meio ambiente nos EUA e em outros países.
- Publicar dados atualizados e desagregados que revelem tendências, questões emergentes e as formas sutis das represálias enfrentadas pelos defensores, com foco na visibilidade de grupos vulneráveis e no reconhecimento do papel dos dados coletados pela sociedade civil.
- Monitorar abusos dos direitos humanos e do meio ambiente, incluindo ataques a defensores da terra e do meio ambiente, e chamar a atenção de governos nacionais e locais para esses abusos.